

SETEMBRO, 2020

# VITÓRIA DA RAÇA

PARA UMA CIDADE NOSSA



**PROGRAMA DE GOVERNO  
ELEIÇÕES 2020, PSOL**

**GILBERTINHO CAMPOS**  
CANDIDATO A PREFEITO

**MUNAH MALEK**  
CANDIDATA À CO PREFEITA

# Apresentação

## Por uma Gestão Revolucionária

Este documento trata do **Programa de Governo** elaborado **coletivamente** para a campanha eleitoral de 2020 à Prefeitura Municipal de Vitória e apresentado ao Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, como parte dos requisitos à inscrição da chapa do PSOL. Desta forma, o presente Programa foi elaborado por meio de rodas de conversas através de uma plataforma online, por conta do momento em que vivemos com a pandemia da COVID-19. Nossa reuniões contaram com a participação de pessoas diferentes segmentos sociais: mulheres, negras/os, jovens, trabalhadores, técnicos e especialistas/pesquisadores(as) nas áreas de educação, economia, direitos humanos, cidadania, segurança, assistência social, saúde, políticas urbanas, meio ambiente, comunicação e cultura, dentre outros. Como estratégia metodológica a equipe de trabalho, também, realizou pesquisas em documentos já formulados por administrações anteriores para o município de Vitória, tais como agendas públicas, relatórios técnicos e dados secundários de institutos de pesquisa e estatísticas.



*"Nossos passos vem  
de longe (...)*

*Sonhamos para  
além das cercas"*

*Conceição Evaristo*

Na formulação do programa para o pleito de 2020, o PSOL apresenta um programa que vem revolucionar qualquer proposta antes apresentada. **Pela primeira vez um partido apresenta um programa de governo tendo como concepção geral as questões de gênero e raça!** Todo o programa, agora apresentado, tem uma orientação que privilegia e propõe ações para a maioria da população da cidade: negros (pretos e pardos) e mulheres, sempre orientada pela **participação popular**, nos **princípios democráticos** para a construção de uma cidadania plena a todas e todos na cidade de Vitória. Ao vencer as eleições municipais para a cidade de Vitória, será o momento de **construir uma nova cidade** e uma nova administração com capacidade de atender as demandas da cidade por **equidade**, construindo um novo modus operandi da administração municipal com a introdução de novos princípios para o serviço público tendo como objetivo atingir satisfatoriamente o dia a dia do cidadão e da cidadã da Capital. **Nossas cidades serão anti racistas, anti patriarcais, anti LGBTfobia e inclusivas ou não serão democráticas.** A nova orientação político econômica neoliberal ataca os direitos sociais e a vida coletiva e impõem um aprofundamento das desigualdades, nosso Programa é um grito de basta!



# Ideias norteadoras

1- A CIDADE NÃO É UM NEGÓCIO! MORADIA DIGNA E DIREITO À CIDADE

2- INVESTIMENTOS PÚBLICOS NAS PERIFERIAS E FAVELAS. CHEGA DE INVISIBILIZAÇÃO E ABANDONO

3-CONTROLE SOBRE O ORÇAMENTO: DEMOCRATIZAR INFORMAÇÕES SOBRE A CIDADE E A GESTÃO PÚBLICA

4-CIDADE ANTIRRACISTA

5-MOBILIDADE URBANA: POR UMA VIDA SEM CERCAS E CATRACAS

6-MEIO AMBIENTE COMO BEM COMUM.

7-SANEAMENTO COMO DIREITO HUMANO. DIZEMOS NÃO AO RACISMO AMBIENTAL!

8-PELA VIDA E DIREITO DAS MULHERES NAS CIDADES

9-PELO ACESSO À CULTURA URBANA

10-SEGURANÇA CIDADÃ

11-SAÚDE PÚBLICA E UNIVERSAL

12- LIVRE EXPRESSÃO SEXUAL

# **SUMÁRIO**

## **1. Por uma cidade nossa**

- 1.1 Equidade racial e combate ao racismo!
- 1.2 Programa para a VIDA das mulheres
- 1.3 LGBTI+
- 1.4 Garantia da Diversidade e Acessibilidade
- 1.5 Juventudes: diversos, mas não dispersos

## **2. Eixos orientadores**

- 2.1 Economia, trabalho e finanças
- 2.2 Política de Assistência Social
- 2.3 Política de Saúde
- 2.4 Educação para equidade e diversidade
- 2.5 Política de Segurança Pública
- 2.6 Política de Cultura
- 2.7 Moradia primeiro! O direito à cidade.

## 1.1 Equidade Racial e Combate ao Racismo

O racismo desempenha um papel estruturante na sociedade de classes, logo, não é possível pensar no modo de produção capitalista, na classe trabalhadora e no Estado brasileiro dissociado da questão racial. **Historicamente, os negros e as negras são os mais explorados e discriminados do conjunto dos trabalhadores e do povo.** Recebem os menores salários, são os mais pobres, residem nas áreas periféricas e marginalizadas, com menor acesso à educação formal e possibilidade de emprego. Essa dura realidade não é exclusividade do município de Vitória. De acordo com a publicação de julho de 2020 do jornal Folha de São Paulo, com bases nos dados do Atlas da violência, a população negra representa 75,7% das vítimas de homicídio no País. De 2008 a 2018 a taxa de homicídios da população negra no Brasil aumentou 11,5%, e a taxa da população não negra teve uma queda de 12,9%, no mesmo período.

Nos últimos 11 anos cresceu em 12,4% a taxa de homicídio das mulheres negras; e caiu 11,7% das demais. Os dados revelam a urgência e prioridade das pautas raciais e a urgência da mobilização da Municipalidade em torno de ações e políticas públicas mais eficientes e articuladas com o Estado, os movimentos sociais e a sociedade civil como um todo. Na Administração do PSOL em Vitória reafirmamos que não haverá trégua no combate ao racismo e de toda e qualquer tipo de discriminação, opressão e subestimação do ser humano. O objetivo estratégico das políticas de Equidade Racial e Combate ao Racismo da Capital é o fim das desigualdades raciais por meio de ações de longo, médio e curto prazo no que diz respeito às políticas de educação, saúde, cultura, segurança, habitação, comunicação e trabalho e renda. A Política Municipal de Equidade Racial e Combate ao Racismo deve ser implantada na sua integralidade tendo em vista que a continuidade da aplicação das ações afirmativas, com caráter reparatório, deve transitar para medidas que gerem autonomia e cidadania plena para população negra da capital.

# DIRETRIZES

## 1) Cotas raciais no serviço público

Na gestão do PSOL a potencialização do povo negro passa pela sua **representação nos espaços de poder e de gestão**. Neste sentido é necessária a aplicação de cotas raciais para preenchimento dos cargos da PMV, inclusive os comissionados em todos os escalões de governo.

## 2) Secretaria Municipal de Direitos Humanos – SEMCID

O papel da SEMCID deve ser revitalizado e potencializado a fim de instituir as orientações legais e institucionais no campo das relações étnico-raciais e de promover os princípios e diretrizes municipais em defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação em função da etnia, raça e/ou cor. Ela é responsável, também, pelo funcionamento e estruturação do **Conselho Municipal do Negro - CONEGRO** e de assessorar, articular, planejar, implementar e executar as políticas de ações afirmativas voltadas ao atendimento das demandas da população negra da Capital. A SEMCID vem sofrendo com a falta de recursos financeiros para financiar as políticas equidade racial e combate ao racismo, além do esvaziamento das suas atividades institucionais. Por isso defendemos a **necessidade de construção de uma secretaria específica e com recursos próprios para implementação das políticas de equidade racial e combate ao racismo em Vitória**.

## 3) Mulheres Negras

Além das relações de classe, as mulheres negras estão submetidas às relações de opressão relativas ao racismo e ao sexismo. O município deve ter como um dos eixos centrais de suas políticas o **desenvolvimento de ações cujo intuito seja a promoção da potencialização e o reconhecimento das mulheres negras como sujeito de direitos e resgate do anonimato da sua importância na construção da nossa cidade**. Bem como criar mecanismos institucionais de estímulo à **inclusão das mulheres negras** acerca das desigualdades vividas em seu cotidiano, no mundo do trabalho, nas relações familiares e vítimas da violência.



#### 4) Juventude Negra

O Estado do Espírito Santo se destaca no ranking na taxa de homicídio entre crianças e adolescentes. Um olhar mais atento sobre esta estatística revela uma realidade que coloca os **jovens negros como as maiores vítimas de mortes violentas**. Os números da Capital são mais graves do que a média estadual quando se considera a taxa de homicídios de jovens negros. Considerando a urgência da questão em vista do grande número de violências sentidas e vivenciadas todos os dias, **é inadiável a criação de um espaço de luta por políticas públicas (coordenadorias, secretarias, departamentos, colegiados, superintendências, núcleos, etc..)** para a juventude negra é cada vez mais necessário considerando que a violência contra a juventude negra passa por três condicionantes que precisam de atenção imediata do Poder Público: raça, gênero e território.

#### 5) Saúde Integral da População Negra

A Política Nacional de Saúde Integral da população Negra tem como característica o **reconhecimento das iniquidades étnico-raciais, do racismo e do racismo institucional como determinantes das condições de saúde da população negra em geral**. Entende-se por Racismo Institucional, a prática de exclusão histórica da população negra no acesso à educação, habitação, trabalho, cargos de chefia e melhor renda. Prática essa que serviu como eixo estruturante na formação da sociedade brasileira e que hoje é mantenedora das desigualdades de oportunidades para os segmentos negros. O Racismo institucional é historicamente, praticado pelo Estado Brasileiro suas instituições e agentes públicos e instituições privadas.

### PROPOSTAS




Implementar integralmente uma política pública municipal de equidade racial e combate ao racismo, construída em articulação com os movimentos negros, orientada também pelo estatuto da igualdade racial e com financiamento e secretaria própria.





Implementar a Política Municipal de Saúde da População Negra e de Atenção Integral à Saúde da Mulher Negra;





 Elaborar e executar políticas de promoção e de proteção da juventude negra da Capital;


 Criação de programas e ações que visem o combate e a desconstrução da cultura da violência contra a mulher e o jovem negro periférico ao promover a prevenção à violência e políticas sociais que ampliem o acesso dessa parcela da população;


 Transformar e aperfeiçoar as instituições públicas com campanhas políticas e publicitárias e processo de formação política/profissional aos servidores públicos e terceirizados, com vistas à eliminação do racismo institucional;


 Promover as usinas culturais nos territórios negros urbanos em articulação com os coletivos negros já existentes no capital;


 Construir espaços que promovam debates sobre as demandas e questões das comunidades negras para elaboração de proposições de políticas públicas;

 Desenvolver processos de informação e comunicação que valorize e fortaleça a identidade positiva da população negra de Vitória;

 Realizar encontros com os representantes das religiões de matriz africana da Capital e dos municípios da região metropolitana com o propósito de debater sobre o racismo religioso, bem como, reconhecer e respeitar estas tradições frente ao poder público e construir espaços amplos de combate ao racismo religioso através de políticas públicas.

 Fortalecer a gestão participativa e democrática, com incentivo à participação popular e ao controle social, refazendo a composição do CONEGRO e a construção espaços de formação para conselheiros;

 Restabelecer as funções da CEAFFRO no âmbito da SEME para implementação 10.639/2003 e 11.645/2008.

 Fortalecer o Núcleo Afro Odomodê com a ampliação de sua equipe, espaço físico e de ações ofertadas e criar ao menos um Núcleo em cada região de Vitória;



Remodelar o modelo de gestão do MUCANE e consolidar as políticas atualmente desenvolvidas; curso de qualificação e dança da Áfro Cênica, oficinas culturais; permanência dos editais de ocupação específicos a artistas e produtores negros e viabilização de recursos para elaboração do Plano Museológico;



Assegurar a integração territorial das políticas, programas e ações, com novas tecnologias e redes sociais;



Criar, a nível municipal, um Centro de pesquisa, documentação, patrimônio e memória da população negra, que se caracterize como um espaço interativo de promoção da participação, produção do conhecimento, registro histórico e documental, mobilização e divulgação de conteúdos, focado nos temas ligados às/aos negras/negros, utilizando espaços já existentes na cidade como: Mercado Capixaba, Carmélia, Saldanha da Gama, MUCANE, Fábrica de ideias e Mercado São Sebastião;



Revitalizar os monumentos ligados à história e memória da população negra da capital e promover a criação de novos.

## 1.2 Programa para a VIDA das mulheres em Vitória

Embora os governos anteriores não tenham elaborado políticas que efetivamente melhorassem a vida das mulheres, desde o governo de Michel Temer e, principalmente com o governo Bolsonaro, assistimos a um desmonte enorme das políticas voltadas para as mulheres. No âmbito municipal não é muito diferente, as gestões municipais de Vitória nunca tiveram um olhar cuidadoso com essa grande parcela da população. Hoje a cidade conta com o Conselho Municipal da Mulher e a Gerência de Políticas de Gênero, pouco equipadas e que funcionam com pouca verba e profissionais, deixando claro o espaço que é dado para as mulheres e a importância de lutar por suas vidas e cidadania. Existe a proposta para a formulação de um Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres que nunca saiu do papel. Temos como proposta urgente a formulação desse **Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres** e a criação de um **Observatório Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres**.

## DIRETRIZES

- 1) Igualdade e respeito à diversidade;
- 2) Interseccionalidade;
- 3) Equidade;
- 4) Autonomia;
- 5) Recorte Racial;
- 6) Maternidades.

## PROPOSTAS

- ♀ Reafirmar as políticas de igualdade de gênero e repudiar qualquer alteração aos princípios constitucionais que lhes dão suporte;
- ♀ Combater a reprodução de linguagem e valores sexistas nos materiais escolares governamentais;
- ♀ Garantir a oferta de educação sexual não discriminatória nas escolas, que leve em consideração diferenças de gênero e orientação sexual;
- ♀ Valorizar e dar visibilidade à contribuição das mulheres na construção da cidade;
- ♀ Ampliar a rede de creches e educação infantil;
- ♀ Ampliar os recursos dirigidos às políticas para as mulheres;
- ♀ Criar instrumentos sistêmicos para monitoramento das ações transversais de políticas para as mulheres desenvolvidas por todos os órgãos do Poder Público Municipal;
- ♀ Garantir a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos nos termos da lei, bem como proibir a diferença de salários, de exercício de funções e de admissão por motivos de sexo, idade, cor, orientação sexual ou estado civil;
- ♀ Estimular, a criação de berçários em ambientes de trabalho dos órgãos públicos, empresas e universidades públicas e privadas para garantir tranquilidade e conforto às mães trabalhadoras e estudantes;

♀ Incentivar o combate ao trabalho escravo, com ênfase às mulheres negras e empregadas domésticas;

♀ Viabilizar a criação de formas preventivas contra o assédio sexual e moral no trabalho. Apoiar a participação da mulher em todas as instâncias de formulação, planejamento e execução de política urbana;

♀ Investir na universalização de acesso à creche, garantindo vagas em equipamentos próximos à residência ou ao emprego para mulheres trabalhadoras e cuidadoras;

♀ Combater todas as formas de violência contra a mulher, em casa, nas ruas e no transporte público;

♀ Defender a ampliação do número de delegacias e juizados especiais da mulher;

♀ Apoiar a implantação de casas de atendimento e acolhimento da mulher integrando moradia, saúde, assistência e geração de renda;

♀ Promover políticas de ação afirmativa no mundo do trabalho que reafirmam a condição das mulheres como sujeitos sociais e políticos, considerando dimensões étnicas, raciais, geracionais e orientação sexual;

♀ Promover a organização produtiva de mulheres vivendo nas periferias;

♀ Apoiar e fortalecer os grupos produtivos de mulheres da Economia Solidária;

♀ Combater a pobreza menstrual com o incentivo à criação de cooperativas para produção de absorventes de baixo custo e distribuição de absorventes para mulheres em situação de vulnerabilidade;

♀ Incentivar a criação de cooperativas para confecção de fraldas de pano e descartáveis nos territórios periféricos;

♀ Formar rede de comercialização para os produtos advindos das produções de mulheres, garantindo espaços permanentes de comercialização e trocas solidárias, incluindo a realização de feiras solidárias;

♀ Implementar um projeto de assistência ao trabalho das mulheres catadoras, artesãs, rendeiras, oleiras, paneleiras e etc, de forma a melhorar as condições de vida e de trabalho, garantindo seus direitos trabalhistas;

♀ Ampliar e descentralizar restaurantes populares por região, mediante estudo sobre as demandas reais e a qualidade nos serviços, com vistas à melhor distribuição do trabalho e das responsabilidades domésticas que hoje sobrecarregam as mulheres;

♀ Fomentar projetos voltados para a elevação da escolaridade das mulheres acima de 40 anos;

♀ Creches noturnas para atender à demanda das mães que trabalham e/ou estuda durante o horário noturno;

♀ Formalização e regulamentação da profissão de “mães comunitárias”, personagem comum nos territórios periféricos;

♀ Maior atenção e valorização das Políticas Públicas Familistas para bebês (0-3 anos);

♀ Programas de educação voltados aos pais e mães sobre amamentação, cuidados e práticas relacionadas aos bebês;

♀ Criação de centros de convivência comunitária para grávidas e puérperas;

♀ Prioridade às mulheres nos programas de habitação;

♀ Transporte público 24h;

♀ Criar Casa de Acolhimento Provisório para mulheres em situação de violência, que não estejam em risco de morte eminente e necessitem acolhida temporária e rápida solução para seu caso;

♀ Implementar um sistema de alarme dentro dos coletivos , possibilitando a comunicação das passageiras à segurança interna;  
Reordenar as paradas de transporte para que estejam localizados em locais iluminados e de fácil acesso;


♀ Garantia de educação para adolescentes reclusas e presas;


♀ Valorizar o trabalho doméstico remunerado e incentivar a formalização das empregadas domésticas.


### **1.3 LGBTI+ Contra a heteronormatividade patriarcal racista e colonial: pelo direito a diversidade de existências**


A candidatura do PSOL em 2018 cumpriu um papel importante de tensionamento das candidaturas de centro-esquerda, de direita, de centro-direita e extrema direita, escancarando suas contradições, pois na prática flexibilizavam o programa LGBTI+ em troca de apoio das forças conservadoras, em especial de organizações e lideranças católicas e evangélicas, quando não reforçavam ainda mais o discurso conservador, preconceituoso e LGBTIfóbico. Com a eleição do Bolsonaro, ainda antes de 2019 terminar, por exemplo, o número de casamentos homoafetivos aumentou expressivamente. Parte das/os LGBTI+ tinha medo de que, com o novo governo, esse direito fosse retirado. Os casamentos aumentaram 340% depois da eleição de Bolsonaro, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O governo assumidamente propagandeia o escrachamento dos valores sociais colonialistas: embasados no racismo estrutural, no controle dos corpos pela sexualidade heteronormativa patriarcal/eurocêntrica e então busca atualizar o curso da produção do genocídio da diversidade pulsante no Brasil. Vivemos uma conjuntura bastante desfavorável para a construção de política LGBTI+, sendo um momento de ofensiva do **conservadorismo político** e do fascismo, com alinhamento do governo a esses setores mais conservadores da política nacional. Neste momento atual, em que as políticas de esquerda e em especial as políticas LGBTI+ sofrem duros golpes, é essencial o papel de um partido que não se rende ao poder econômico e ao suposto “pragmatismo eleitoral”, mas que consegue apresentar um programa político coerente com sua base social e pautas que defende. Além disso, a cidade de Vitória necessita de uma administração pública que afirme a **pluralidade** de formas que as pessoas têm de viver e amar quem quiserem. A sexualidade, a identidade de gênero, a orientação sexual deve ser encarada como uma **possibilidade de viver o panorama relacional e cultural de um território**. Mais que a possibilidade de viver, essa vivência representa a potência pulsante da resistência anti sistêmica ao sistema colonial e capitalista, e, portanto qualquer grupo de esquerda que se reivindique radical necessita compor junto outro projeto de sociedade com esses corpos e essas pessoas.

## DIRETRIZES

 1. **Criação do Conselho Municipal LGBTI+** de Vitória, por meio de projeto de lei em articulação com o legislativo. O órgão será responsável por propor, fiscalizar e acompanhar as políticas públicas para a população LGBTI+ no município de Vitória, buscando assim garantir o protagonismo da pauta nas ações municipais.

 2. **Comprometimento com a construção de um Plano Municipal de Cidadania LGBTI+**, com participação efetiva e real da sociedade civil, em especial de grupos protagonistas da pauta LGBTI+, com pontos elencados nas Conferências Municipais LGBT: o plano terá como função a elaboração de ações e metas vinculadas para criação, implementação, avaliação e acompanhamento das políticas de promoção de cidadania e combate ao preconceito e discriminação, voltadas à população LGBTI+.


 3. **Criação de um Centro de Referência da Cultura e Cidadania LGBTI+**, responsável pelo atendimento direto de demandas advindas da população LGBTI+, seja para o atendimento a pessoas vítimas de violência, das especificidades da população trans, na construção de eventos e projetos vinculados à questão LGBTI+, entre outras funções.

 4. **Garantia da inclusão do Manifesto LGBTI+ e da Semana de Enfretamento a LGBTifobia** no calendário de eventos da cidade, direcionando recurso para que esta possa acontecer.










5. **Criação de um abrigo/casa de acolhimento** com equipe multiprofissional capacitada que acolham as pessoas LGBTI+ que a se assumirem são expulsos de casa por seus familiares. Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB) 35,5% das lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais assassiadas em 2019 foram mortas em suas residências.

### 1.4 Garantia da diversidade e acessibilidade

 Capacitar todos os profissionais do serviço público em Libras;














 Adequar todos os prédios escolares da rede municipal de Vitória para acessibilidade e garantir que não falte serviços de intérpretes de libras em todas as salas com deficientes auditivos e fornecimento do material em braile e/ou letras ampliadas para pessoas com baixa visão ou deficiência visual total;



-  Obrigatoriedade dos restaurantes e bares da cidade de apresentarem uma versão do seu cardápio em braile;
-  Adequação do passe-livre para acompanhantes de pessoas deficientes para que seja válido seu uso também quando o deficiente não estiver presente;
-  Sinalização das rotas e horários de ônibus em braile em cada parada e nas principais vias da cidade;
-  Rampa de acesso em todas as vias e largura de no mínimo um metro;
-  Criação de Centro de treinamento esportivo de pessoas com deficiência; Criação de um centro de valorização da criança especializado em atendimento de deficiências cognitivas graves;
-  Fortalecimentos dos centros de atenção à pessoa com deficiência já existentes no município.;  
Ampliação da acessibilidade dos espaços de lazer como parques e praias;
-  Criar campanhas amplas com a finalidade de combater a cultura do capacitismo.
-  Executar nas escolas projeto voltados para as mães que tenham filhos com deficiência(s) para melhor acolhimento e autonomia familiar;
-  Expandir as calçadas com piso tátil por todas as regiões da cidade , facilitando a circulação dos portadores de deficiência visual;

## 1.5 Juventudes: Diversos, mas não dispersos

As políticas públicas municipais para a juventude no município encontram-se fragmentadas e dispersas em várias Secretarias, projetos e programas desarticulados, desintegrados e superpostos. A maioria deles se desdobra de programas do Governo Federal, financiados com recursos federais e reproduzem a mesma lógica mais geral da política social neoliberal. São ações fragmentadas, de caráter **compensatório** e **assistencialista**, em sua grande maioria, focadas na juventude em situação de pobreza absoluta. Estas já bem conhecidas por seus propósitos de funcionalizar a pobreza e amortecer as tensões sociais. O reduzidíssimo alcance desses programas para promover de fato a inserção no mercado de trabalho é óbvia, tendo em vista o desemprego estrutural. Quando ocorre o ingresso este se dá através de trabalhos precários. Sem contar o tipo de orientação política e conteúdos de “formação” profissional, cuja responsabilidade é transferida através de convênios para os tradicionais organismos vinculados ao **empresariado**.

-  Garantir orçamento para as políticas de juventude;
-  Reestruturar e ampliar a capacidade de atuação do Conselho Municipal de Juventude;
-  Equidade no território da cidade na oferta de aparelhos;
-  Articular os movimentos e espaços de cultura com a juventude;
-  Fortalecer, promover e incentivar a participação da juventude;
-  Fortalecer a atuação e organização dos grêmios estudantis;
-  Articular ações contra o projeto de lei “Escola sem partido”;
-  Promover junto a Frente Nacional de Prefeitos campanhas contra a redução da maioria penal e alterações penosas do ECRAD e do Estatuto da Juventude;
-  Promover discussões sobre segurança pública e juventude;
-  Promover discussões informativas sobre drogas e juventudes fora do âmbito policial;
-  Ampliar o acesso e a comunicação informativa das ações e dos programas da prefeitura para a Juventude;
-  Ampliar e democratizar o acesso e cobertura de internet aos jovens.
-  Reabrir o Centro de Referência da Juventude com a oferta de ações de garantia e promoção de direitos para jovens de toda a cidade.

## 2. EIXOS ORIENTADORES

### 2.1 Economia e Finanças

A economia brasileira inicia seu mergulho em trajetória de baixo crescimento e recessão em 2012 em paralelo com a consolidação do ideário de políticas econômicas liberais conservadoras e, na política, o ideário da ultra direita retrógrada. Fatos que vêm aprofundando o desmonte dos projetos de montagem de um Estado do bem estar social, alinhavado pela Constituição de 1989, o corte de direitos dos trabalhadores, e ampliação do desemprego e da desigualdade na distribuição da renda entre famílias e também no plano regional.

A crise sanitária alcança o Brasil em seu pior cenário dos últimos cem anos e, por esta razão, tende a ter por aqui consequências mais graves que qualquer outro lugar do mundo. No plano mundial, no que diz respeito a atividade econômica, prevalecem as previsões de tombos expressivos no PIB, com taxas negativas variando, segundo o FMI, de 4% a 12%, em razão da vulnerabilidade de cada economia versus os graus de contaminação e letalidade alcançados pela COVID-19. Poucos serão os países que, China como exemplo, escaparão das taxas negativas, embora na rota de crescimento muito abaixo daqueles verificados nas respectivas histórias recentes. Para os brasileiros que já vivenciavam taxas negativas ou muito baixas desde 2012, o tombo estimado da ordem de 10% representará um retorno a patamares de muitas décadas anteriores.

Mas, para alguns poucos ramos de negócios que já se automatizaram o prognóstico é que poderão experimentar crescimento, porém insuficientes para compensar as perdas, principalmente no emprego que ocorrerá nas demais atividades. Estas previsões podem ser revistas, mas parece inevitável o crescimento da pobreza, das tensões sociais que serão motivadas pelo elevado desemprego, pelo desalento da falta de oportunidade, pelo corte nos direitos sociais/trabalhistas, já em curso, e pelo aumento da violência em suas diversas manifestações. Tudo isso sinaliza dias cinzentos no horizonte. Governos e organizações da sociedade civil terão pela frente desafios jamais imaginados. Para nós do PSOL os Governos, todas as instâncias, existem para irem além da prestação dos serviços essenciais – saúde, educação e segurança – e terem uma funcionalidade decisiva no controle e na promoção dos investimentos públicos e privados.

Cabe ao Governo gerar as condições necessárias para a manutenção dos investimentos em níveis elevados garantindo empregos em condições dignas, distribuição mais justa da renda e preservação dos recursos naturais. Nossa preocupação estará focada em maximizar o atendimento das necessidades da população, da renda e do emprego. Este será o princípio orientador da nossa gestão dos recursos municipais. Recordemos que até alguns anos atrás, as indústrias com capacidade ociosa podiam aumentar a produção estimuladas pelo aumento do consumo e em outros anos pelo aumento das exportações de commodities, particularmente aqui no ES, altamente dependente da economia mundial. Estas fontes estão fora de qualquer possibilidade real nos próximos anos. O alto desemprego que temos pela frente e a queda de renda de autônomos, prestadores de serviços, microempresários, redução de salários, etc, tornam mais plausível a previsão de queda de consumo. O crescimento negativo ou muito baixo no resto do mundo não permite prever aumento de exportações. Ainda mais que estão sob ameaças por conta do desmonte da política ambiental. A outra possibilidade de fonte de crescimento é o aumento dos investimentos, privados ou públicos. A única possibilidade restante para dinamizar a economia será o investimento público, em todas as instâncias. Na prefeitura, a nossa gestão priorizará os investimentos associados aos serviços essenciais – saúde, educação, mobilidade, segurança – e na infraestrutura social – habitação, lazer, cultura, rede de apoio social, etc. – com o duplo propósito de atender as necessidades imediatas da população e gerar empregos.

## **Diretrizes**

- 1) **Gestão Digital** – Organizar e expandir os investimentos em sistemas e equipamentos de forma a ampliar significativamente o atendimento virtual da população que depende dos serviços da PMV;
- 2) **Gestão Participativa** – Viabilizar Canais de participação da população nos processos de elaboração orçamentária e de decisão sobre obras e contratos a serem realizados pela PMV;

## Estratégias

**1)Estruturar Setor de Projetos:** No cenário esperado para os próximos anos, será pouco provável as possibilidades de transferência de recursos financeiros das instâncias estadual e federal. Assim, é fundamental que a PMV se torne muito competente na elaboração de projetos para captar recursos de fontes nacionais e internacionais. A organização de equipes treinadas para este fim será decisiva na viabilização do atendimento de necessidades imediatas da população.

**2)Estruturar Parcerias:** As organizações associadas aos movimentos sociais existentes em Vitória por apresentarem agilidade operacional e transparência podem se tornarem competentes aliadas da Prefeitura na realização de inúmeros projetos de atendimento da população. Por esta razão o nosso plano prevê ações específicas de mobilização, capacitação e apoio na elaboração de projetos em variadas possibilidades de atendimento de demandas imediatas da população;

## Propostas

- Priorizar os micro e pequenos negócios, assim como fortalecimento de cooperativas especialmente os voltados para as vocações tradicionais da nossa cidade, incluindo aí o turismo, o esporte, a cultura, os serviços especializados em saúde, economia criativa, etc;
- No plano dos negócios de médio porte viabilizar parcerias dos Governos estadual e Federal para consolidar Vitória como um Centro avançado de Educação, Pesquisa Científica e Tecnológica, e Turismo de Negócios;
- Articular programas de capacitação e de microcrédito tendo em vista acelerar o desenvolvimento de empreendedores individuais, tanto em serviços quanto em produtos voltados para o atendimento da demanda local;
- Articular, com apoio dos bancos de desenvolvimento públicos fundos nacionais de apoio à inovação, ações em apoio a empreendedores no campo da economia do conhecimento, especialmente os relacionados ao mundo virtual e inventores de uma maneira ampla.

## **Pela permanência da Petrobrás na cidade de Vitória**

Em 2015 a Petrobrás deu início a um amplo programa de desinvestimentos (**privatizações**). Entre os diversos impactos negativos, destacamos que as operadoras privadas que estão adquirindo os campos de produção já iniciaram um movimento de solicitar à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a **redução da alíquota do pagamento de royalties**, o que pode reduzir a receita a ser recebida por diversos entes federativos, entre eles o município de Vitória, que é beneficiário de royalties oriundos da produção de óleo e gás.

Outras consequências normalmente observadas durante os processos de privatização do setor são a **redução significativa dos empregos** gerados na indústria de óleo e gás, a redução da remuneração média e o aumento da **diferença dos salários entre pessoas do sexo masculino e feminino** (Inep, Desinvestimentos da Petrobras no Espírito Santo e seus impactos no Mercado de Trabalho e na Arrecadação de Royalties, setembro de 2020).

Por essas razões, **defendemos a continuidade da produção de óleo e gás no Espírito Santo, de forma a gerar royalties para o município de Vitória; a permanência do Terminal Aquaviário da Petrobrás em Vitória, no Porto de Tubarão; e a manutenção da sede administrativa da Petrobrás no município de Vitória.**

## 2.2 Política de Assistência Social

Embora com alguns avanços, mesmo que limitados, sobretudo no campo da regulamentação, a política de assistência social no Brasil, ainda carrega resquícios do **clientelismo e conservadorismo**. Nos últimos anos vem sofrendo duros cortes orçamentários - vide a aprovação da EC 95, que determina o limite de gastos as políticas sociais no Brasil - o que aprofunda sua focalização na extrema pobreza, que é uma marca da direção ideológica política das políticas sociais brasileiras, além de sua redução as insuficientes políticas de distribuição de renda no país.

O contexto da **pandemia de COVID-19**, escancarou ainda mais essas fissuras da política de assistência social. Embora necessária, para situações extremadas de pobreza, a Renda Básica Emergencial é insuficiente para atender as reais necessidades da população pobre do Brasil, os entraves burocráticos limitam o acesso ao direito e as ameaças de cortes desse benefício são expressão das estruturas extremamente desiguais do país e da política de morte do governo Bolsonaro. Precisamos defender, nessas condições, a **ampliação da Renda Básica Emergencial, mais recursos financeiros para as políticas sociais e a revogação imediata da Emenda Constitucional nº 95/2016**.

Por isso, é imperativo construir as políticas sociais, nesse caso particular a assistência social, a partir dos **territórios** da população e das suas reais necessidades.

Na capital capixaba não seria diferente. Identifica-se uma priorização no atendimento à pobreza absoluta em Vitória, onde a **Criminalização da pobreza na Cidade**, vem de um estigma e uma intolerância para com a população que sofre as consequências da pauperização.



A assistência social enquanto dever do Estado e direito do cidadão não é incorporada pela sociedade e pelas demais secretarias do governo municipal, com recuos em relação ao período anterior em termos dos equipamentos, serviços, benefícios e concepção da gestão desta política, além da dificuldade em articular assistência social, educação, saúde, cidadania e trabalho.

O tipo de contratação prioritário é o **contrato temporário e terceirizado através das ONGs**, o que fragiliza o trabalho a ser desenvolvido na assistência social, principalmente, no que se refere à rotatividade, à precarização do trabalho e à descontinuidade do trabalho. Isso gera ainda uma base salarial baixa e diversos tipos de contratação.

O aumento na quantidade de programas não vem acompanhado da **ampliação do quadro de profissionais** e de melhorias nas condições físicas e estruturais, o que aumenta a demanda para o trabalhador e precariza a forma de atendimento a essa demanda.

Apesar de organização de uma rede de serviços de proteção social básica, de média e alta complexidade, o trabalho da rede ainda está **disperso** nos territórios, não dialogam entre si, além da fragilidade na rede de média e alta complexidade. A proteção especial de alta complexidade é em sua maioria realizada por ONG's, cujos serviços são o abrigo de crianças, adolescentes, jovens e adultos; abrigos para pessoas com vírus HIV; casas lares para adultos com transtornos mentais; asilo de idosos.

Os CRAS's absorvem grande demanda da população que supera a atenção básica. Os usuários que procuram os serviços nos CRAS já foram excluídos das demais políticas públicas e ainda não conseguem acessá-las de forma integrada.

A prefeitura (nas diversas secretarias) têm dificuldades de trabalhar com a diversidade, o tempo de resposta do social é diferente do tempo de atendimento da prefeitura (**burocratismo**). As demandas dos usuários precisam de respostas rápidas, em alguns casos não pode esperar, principalmente quando há violências que urgem resolutividade.

Há também uma **desarticulação** com as bases, desarticulação entre representante e representado. Não há articulação dos Conselheiros da Sociedade Civil de forma estratégica e sistemática. Além da falta de qualificação permanente dos Conselheiros e também para os representantes do poder público. Os conselheiros têm grande dificuldade de entender o seu papel e o papel do Conselho.

Sobre o financiamento há uma frágil discussão do orçamento destinado à Assistência Social, apesar do acompanhamento do COMASV, prevalece a grande **dependência de repasses federais e foco no bolsa família e transferência de renda com foco na pobreza absoluta**. Apesar de a territorialização significar um pressuposto do SUAS, pode estar ameaçada se os serviços se restringirem à pobreza absoluta, contribuindo para delimitar um espaço fronteiro em que a pobreza se concentra. **Os equipamentos são em sua maioria alugados, inadequados e com localização difícil para os usuários.**

Neste último ciclo, a **desprofissionalização dos gestores e trocas sucessivas** provocaram ainda maiores dificuldades para o avanço da assistência social. Outro aspecto levantado, corresponde à reduzida intersetorialidade das ações e resultados entre a assistência social e as demais políticas sociais desenvolvidas pelas diversas secretarias do governo municipal. **A inexistência de articulação de uma rede de proteção social da Região Metropolitana da Grande Vitória, principalmente nos níveis de média e alta complexidade do SUAS.**

A cultura de avaliação da política de assistência social ainda é bastante fragilizada face à própria cultura de não avaliação das políticas sociais, articulando eficácia, eficiência e efetividade com a democratização e o controle social.

## **DIRETRIZES**

**:1) Fortalecimento do SUAS e dos direitos socioassistenciais,** com espaços para acolhida de manifestação de interesses dos usuários, ações de preservação de seus direitos e adoção de medidas e procedimentos nos casos de violação aos direitos socioassistenciais pela rede de serviços e atenções

**.2) Articulação interinstitucional e intersetorial** entre competências e ações do SUAS com as demais políticas sociais. A fim de contribuir com a defesa dos direitos humanos.

## **Propostas**

- Fortalecimento do sistema democrático e participativo da gestão e do controle social, por meio dos Conselhos e Conferências de Assistência Social, Criança e Adolescente, Idoso, Pessoa com Deficiência, Segurança Alimentar e outros;
- Fortalecimento dos conselhos locais por territórios.
- Ampliação da gestão orçamentária para sustentação da política de Assistência Social através do orçamento público, constituído de forma participativa, com provisão do custeio da rede socioassistencial.
- Organização de um sistema de gestão dos trabalhadores voltado para os princípios e diretrizes do SUAS, com um sistema de gestão dos trabalhadores em consonância com o SUAS e com o compromisso de um serviço público voltado para a qualidade dos serviços prestados à população;
- Valorizar o serviço público e seus trabalhadores, combatendo a precarização e intensificação do trabalho, garantindo a saúde dos trabalhadores na direção da universalização da proteção social e com ampla participação nas mesas de negociações.
- Estabelecer a política do idoso e estruturar os Centros de Atenção à Pessoa Idosa de forma acessível e garantindo a diversidade;

- Estruturar os equipamentos da PSB em conformidade com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;
- Reestruturar a SEMAS com decretos, cumprindo a lei SUAS de Vitória e efetivar os já existentes;
- Diminuir o número de convênios dos serviços com entidades sociais;
- Criar programas intersetoriais voltados à criação de proteções viabilizadoras de inclusão social pelo trabalho, conduzidos pela ação do poder público municipal;
- Reativar o Restaurante Popular;
- Garantir orçamento para a saúde dos trabalhadores na pandemia, cumprindo protocolos de proteção individuais e coletivos.
- Realizar levantamentos e reflexões constantes sobre o perfil da população atendida, percebendo a relação entre classe, raça e gênero no acesso aos serviços da Assistência Social, para ampliar a cobertura da rede socioassistencial.
- Criar, ampliar e oferecer equipamentos, programas, serviços e projetos através da política de assistência social e em articulação com demais políticas sociais, que atendam as necessidades da população negra e periférica do município.
- Concurso público para a proteção social básica e a proteção social especial de média e alta complexidade;
- Criar ações direcionadas e em articulação com as mulheres e mulheres negras, que são as maiores beneficiárias titulares dos programas da Assistência Social.
- Fortalecer a articulação entre a SEMAS e a SEMCID com o objetivo de ampliar a rede proteção à mulher em Vitória.
- Ampliar a rede de atendimento a população em situação de rua de Vitória.

- Propor ações no campo da geração de trabalho e renda em articulação com os SINE's dos municípios visando as necessidades da população negra, que são as mais atingidas por situações de desemprego e pela precarização do trabalho.

## 2.3 Política de saúde

A Constituição de 1988 foi um marco importante do ponto de vista da **institucionalização e reconfiguração da garantia de políticas sociais** vinculadas à noção de direitos, bem como na atribuição de diferentes responsabilidades a partir da particularidade do federalismo brasileiro. Somente a partir da promulgação do Art. 18 desta Carta Magna, os municípios passam a ser considerados entes federativos. Este reconhecimento enquanto ente federativo trouxe aos municípios um lugar de centralidade na prestação de serviços públicos, como saúde, educação, assistência social, entre outros, além do status de autonomia, onde assumem responsabilidades legislativas e tributárias.

Do ponto de vista das políticas de saúde, a **Lei Orgânica que versa sobre o Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/90)**, coloca como responsabilidades da direção municipal de saúde, as tarefas de:

- I - planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde;
- II - participar do planejamento, programação e organização da rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde (SUS), em articulação com sua direção estadual;
- III - participar da execução, controle e avaliação das ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho;
- IV - executar serviços: a) de vigilância epidemiológica; b) vigilância sanitária; c) de alimentação e nutrição; d) de saneamento básico; e e) de saúde do trabalhador;
- V - dar execução, no âmbito municipal, à política de insumos e equipamentos para a saúde;
- VI - colaborar na fiscalização das agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar, junto aos órgãos municipais, estaduais e federais competentes, para controlá-las;
- VII - formar consórcios administrativos intermunicipais;
- VIII - gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros;
- IX - colaborar com a União e os Estados na execução da vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras;
- X - observado o disposto no art. 26 desta Lei, celebrar contratos e convênios com entidades prestadoras de serviços privados de saúde, bem como controlar e avaliar sua execução;
- XI - controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde;
- XII - normatizar complementarmente as ações e serviços públicos de saúde no seu âmbito de atuação.

Nos últimos 30 anos diversas outras formulações legais e infralegais e/ou pactuações inter federativas, delimitaram melhor as atribuições essenciais de cada ente federado e seus respectivos papéis na direção do Sistema de Saúde, demarcando a responsabilidade sanitária da gestão municipal pelo seu território, ou seja, que todo município é responsável pela **integralidade da atenção à saúde da sua população**.

Apesar disso, sabe-se que as condições dos municípios em viabilizar todas essas atribuições são muito desproporcionais. O município é a escala onde se materializam as políticas públicas, porém o SUS se construiu e se viabiliza dentro e através do pacto federativo. **Não há contornos possíveis de uma política de saúde que seja organizada total e exclusivamente na esfera dos municípios**, mesmo para aqueles que possuem maiores recursos e menor dependência orçamentária de recursos de outras esferas.

Qualquer programa de governo deve supor a necessidade do fortalecimento das relações federativas, seja no referente à participação dos municípios na organização das regiões de saúde e à cooperação e integração regional de ações, serviços e estruturas intergestoras e interação com as esferas estaduais e federal.

Ademais, o financiamento da saúde foi e segue sendo uma grande revés ao um SUS que nasce **subfinanciado**, a cada tentativa legislativa ou governamental de ampliação dos recursos, como a Emenda Constitucional 29 que determinou uma destinação mínima sobre a arrecadação dos impostos em ações e serviços públicos de saúde, surgiram diversas outras iniciativas que aprofundaram a contradição entre ter um sistema de saúde constitucionalmente abrangente em direitos e inviabilizado pelas políticas fiscais, ou seja, são enormes os desafios para gestões e legislaturas municipais que tomarão posse em 2021, considerando o papel dos municípios e os condicionantes e determinantes do setor saúde.

Dessa forma, **o programa do PSOL devem simultaneamente olhar para as realidades municipais e suas necessidades, e considerar, a partir dos acúmulos históricos, estratégias de enfrentamento às questões que têm inviabilizado estruturalmente o SUS**, como as já citadas Lei de Responsabilidade Fiscal e a Emenda Constitucional 95 que determinou um teto nos gastos públicos com as políticas de proteção social; o fim do Piso de Atenção Básica e o Programa Previnir Brasil, com redução do repasse federal para os municípios; as políticas federais que têm provocado o sufocamento e desmonte da Estratégia de Saúde da Família como modelo prioritário para a Atenção Básica; o desmonte do Programa Mais Médicos pelo Brasil, que ainda hoje se afirma como uma estratégia de provimento de trabalhadores da saúde médicos; as diretivas federais ultraneoliberais e conservadoras que governam por uma política de morte racista, LGBTQI+fóbica, machista e que invisibiliza e extermina os povos originários e tradicionais.

## Propostas

- Implementar e executar integralmente o Plano Municipal de Saúde (2018-2021) propostas deliberadas na Conferência Municipal de Saúde, que contribuíram na formulação das diretrizes em saúde integrantes do referido documento. O PMS expressa a responsabilidade do governo municipal, as aspirações dos trabalhadores de saúde, da população e do Conselho Municipal de Saúde e demonstra as necessidades de saúde existentes no município de Vitória.
- Ampliar a quantidade dos profissionais da equipe multiprofissional das unidades de saúde que necessitarem, de modo a garantir a integralidade do cuidado ao usuário e qualificar as intervenções e condições de trabalho das equipes;
- Implementar a cobertura de 100% da Estratégia Saúde da Família no município, com a equipe multiprofissional;
- Criar uma nova Unidade de Saúde no bairro Jardim Camburi, considerando a crescente populacional dessa localidade;
- Implementar de forma descentralizada as práticas integrativas e complementares por regiões de saúde, levando o tratamento para mais perto do usuário;
- Instituir espaços coletivos regionalizados com participação de gestores locais e equipes de saúde da atenção básica para intervenções sanitárias de acordo com o perfil epidemiológico de determinada região, mapeando e reconhecendo as especificidades de cada região de saúde do município.
- Ampliar a oferta de consultas de especialidades médicas, a fim de reduzir o tempo de espera dos usuários e garantir a integralidade da assistência em saúde.
- Criar um programa de saúde voltado para as minorias, especialmente a população negra e LGBT, reconhecendo as especificidades do adoecimento desses grupos populacionais;



- Instalação de um Fórum Municipal em Saúde Mental com participação dos trabalhadores dos diferentes serviços que compõem a rede de saúde mental do município, garantindo uma melhor articulação entre os serviços, favorecendo o cuidado contínuo dos usuários ao acionar diferentes serviços de saúde e ainda viabilizando um espaço de acolhimento e enfrentamento das dificuldades de relação entre os diferentes equipamentos da rede de atenção psicossocial.
- Garantir as medidas necessárias para potencializar a rede de saúde mental municipal considerando aumento da demanda decorrente da crise sanitária deflagrada pela COVID19 e seus impactos em âmbitos social e individual;
- Priorizar a democratização das relações de trabalho e o investimento na valorização dos servidores em observância a ascensão profissional, o plano de cargos e adequações salariais.
- Garantir a efetividade dos servidores da saúde, evitando a contratação temporária e os prejuízos decorrentes da rotatividade de profissionais na qualidade dos serviços prestados;
- Criação do programa municipal de Residência em Área Profissional da Saúde e Medicina da Família, afirmando a modalidade de residência como uma formação em serviço do SUS para o SUS e não como substituição de mão de obra (esse copiei do programa do PSOL).
- Criar na zona continental da cidade uma nova Unidade de Saúde no Bairro Jardim Camburi;
- Implementar Conselhos em todos os serviços de saúde, inclusive nos de urgência e emergência acompanhado de formação continuada dos conselheiros;
- Implementação e regulamentação do trabalho das doulas e obstetizes nos serviços obstétricos , de pré natal e durante o trabalho de parto como opcionais às gestantes;
- Criação de uma casa de parto cuja diretriz seja o parto humanizado.

- Garantir a utilização efetiva e retificação do nome social no âmbito do SUS;
- Garantir em toda a rede municipal de saúde o atendimento, acolhida e acompanhamento humanizado da população LGBTI+, em especial as pessoas travestis, transexuais e intersexo, buscando assim, a articulação de toda rede para atendimento das especificidades deste público de forma à alcançar a integralidade no cuidado em saúde;
- Ampliar e incentivar a realização de capacitação técnica, para os/as servidores/as da saúde pública, voltada para o atendimento das especificidades da população LGBTI+ no SUS;
- Promover e ampliar espaços de formação para profissionais da rede municipal de saúde sobre questões voltadas para saúde da população LGBTI+ e suas especificidades, buscando garantir a equidade no Sistema Único de Saúde (SUS).

## 2.4 Uma educação para equidade e diversidade

### **O acesso e a qualidade da educação constituem prioridades para o PSOL.**

Consideramos, também que a qualidade não deve ser dissociada da equidade, sobretudo numa época em que grande parte da população atravessa momentos de extremamente difíceis. Diante desse cenário as políticas públicas traçadas para o município de Vitória devem ter como meta a **equidade** para pôr fim a cidade partida, que já existia antes do processo epidêmico que nos assola e a educação é uma das ferramentas que deve auxiliar nesse processo de transformação.

Nesse sentido, o PSOL tem como princípio um processo de escolarização que possa colaborar na **transformação social**, para isso acreditamos que é necessário que a escola pública deixe de funcionar como um instrumento de reprodução do pensamento das nossas elites e passe a traduzir social e culturalmente o pensamento da população preta, periférica que compõe a maioria populacional que ocupa o espaço escolar público.

**Precisamos de uma escola pública capaz de dar respostas adequadas às diferenças de caráter social, cultural e étnico, tomando o cuidado para que estas diferenças não se transformem em desigualdades.**

Um modelo de escola pública em que a **diversidade** seja considerada fonte de enriquecimento e que este equipamento seja capaz de promover entre os alunos uma leitura positiva das diferenças. Temos que romper com o discurso neoliberal e as ações dos governos que adotaram políticas educacionais com esse referencial induzem as pessoas a pensarem que somente a escola particular oferece educação de qualidade.

O projeto de educação em curso, que prioriza uma formação funcional voltada aos interesses mais imediatos do mercado, levam à condução de processos que fragmentam e reduzem à formação aos aspectos mais pragmáticos e imediatistas para atender demandas da reestruturação capitalista, são características de uma escola acrítica e que reproduz as relações de poder: raciais e de gênero.

É inegável que houve uma expansão da escola básica nas últimas décadas, mas contraditoriamente no mesmo movimento verificou-se a dilapidação da rede pública escolar evidenciado no déficit de professores (as) e a baixa remuneração destes trabalhadores(as), num **sistema escolar que privilegia os valores meritocráticos e eurocêntricos, onde a diversidade, as relações de gênero e raciais são ainda pensadas a partir de modelos apresentados pelo capitalismo.** A melhoria dos indicadores educacionais deve ser acompanhados de profundas reformas na estrutura, no funcionamento da rede escolar e na qualidade da oferta da educação infantil e do ensino fundamental bem como a valorização dos profissionais da educação que promovem a transformação da dinâmica escolar numa perspectiva social.

A garantia da **gestão democrática** da escola é um princípio básico para o Programa do PSOL. A gestão democrática possibilita a recuperação da qualidade da escola com efetivo controle social que vai desde o planejamento até o acompanhamento do cotidiano da escola. Outro eixo importante para consolidar a democracia participativa são as **eleições das direções das Unidades de Ensino**. Os Conselhos Deliberativos de Escolas, onde têm assento toda a comunidade escolar (professores, gestores, pais e alunos) devem se constituir como um dos principais instrumentos da democracia nas Unidades de Ensino. **Construir junto com a Comunidade um Projeto Político Pedagógico fundamentado no princípio da democracia participativa e com transparência dos atos para as populações assistidas.** Supõe um projeto construído no diálogo permanente com os sujeitos da escola: crianças, famílias, jovens, adultos, idosos e os trabalhadores e trabalhadoras da educação.

**Tal projeto deve construir uma escola que tem como princípio uma prática libertadora:** antirracista e que contemple as relações de gênero como caminho estratégico contra evasão escolar e fortalecimento da autoestima das meninas e meninos da rede de ensino da cidade de Vitória.

Um projeto de educação que reconheça nos estudantes (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso) como autores dos seus processos formativos, como sujeitos históricos, sociais, culturais, ativos, de direitos, produtores de conhecimento, críticos e autônomos. Praticar uma escuta cuidadosa na relação com o estudante, considerando as suas manifestações como pistas para a ressignificação da prática curricular e na tomada de decisões e exercer uma mediação pedagógica reflexiva, assumindo a dialogia como metodologia na criação e potencialização dos espaços tempos de protagonismo.

Desenvolvimento do protagonismo para uma **educação cidadã e democrática**, integrada aos processos de decisão da escola, para superação dos desafios e resolução de problemas. A participação cidadã dos estudantes deve ser reforçada com ações colaborativas para além dos espaços escola, Fóruns e Conferências, que possam discutir propostas para educação e para cidade que atendam os anseios da juventude. O Estado nas diferentes esferas administrativa tem que assumir a coordenação da política de educação integral, a fim de que a articulação tempos escolares ( a exemplo do tempo integral), e tempos de vida de fato ocorra e que diferentes sujeitos da educação tenham seus direitos garantidos para vivenciar tempos justos e humanos de escolarização (Arroyo,2004;Parente,2010; 2015)

## **Propostas**

### 1)Educação Integral:

- Estender o período do funcionamento dos CMEI's , garantindo profissionais de Apoio até as 19h;
- Oferecer aos alunos/as do Ensino Fundamental I e II aulas de Teatro , Música e Dança no contraturno;
- Propor uma política de Desporto Escolar que entenda a escola como um dos espaços privilegiados para o acesso dos jovens à prática desportiva;
- Desenvolver o Projeto BRINCARTE a crianças de 4 a 6 anos.

## 2) Escola sem racismo:

- Criação de um Fórum de monitoramento da implementação da Lei 10639/2003 e 11645/2008, coordenado pelo CEAFFRO/SEME, para dialogar, debater, avaliar e monitorar as ações implementadas no conjunto das unidades de ensino de Vitória.

## 3) Apoio educacional:

- Apoio psicológico às famílias dos alunos/as atendidos pela Educação Especial nas Unidades de Ensino
- Programa de complementação financeira para garantir melhores condições de subsistência para as famílias com baixa renda, que não recebam Benefício de Prestação Continuada (BPC) e possuam alunos/as matriculados na Rede Municipal de Ensino de Vitória atendidos pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE).
- Ampliação do Serviço Especial Mão na Roda com maior número de veículos e extensão nos finais de semana e feriados.
- Implementação de Centro Popular de fisioterapia, atividades físicas e cultural, para atendimento específico dos/as alunos/as deficientes por Região.
- Incentivo ao acesso tecnológico dos alunos com deficiência Distribuição de ferramentas assistivas para uso domiciliar adequadas às deficiências.
- Criação de programa de acesso e aos recursos tecnológicos para os/as alunos/as oriundos/as de famílias de baixa renda .
- Participação popular na construção das diretrizes da educação no município de Vitória.
- Revisitar o Plano Municipal (decenal) de Educação da cidade de Vitória que foi discutido pela cidade e aprovado pela CMV .
- Construção de políticas educacionais diferenciadas por região, buscando atender as necessidades específicas, principalmente das regiões mais carentes e que possuem a população mais vulnerável.

- Observar no PMDE as metas apontadas para a Valorização dos Trabalhadores/as da Educação;
- Introduzir na matriz curricular da rede municipal a disciplina Educação Fiscal, de forma transversal, conforme proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais;
- Formar Cineclubes a partir do Grêmio estudantil para inclusão de alunos com notas baixas, elevado número de faltas e menores infratores respondendo a processos judiciais.
- Realização de capacitação sobre Direitos Humanos, diversidade sexual e de gênero para toda equipe do sistema público de educação (gestores/as, professores/as, segurança, etc), sendo esta contada como parte na progressão profissional;
- Construção de uma campanha de combate à violência contra a população LGBTI+ nas escolas;
- Regulamentação do uso do nome social nas escolas municipais, além do estabelecimento de condições para a permanência das pessoas transexuais e travestis nas escolas;
- Garantia de assento para a população LGBTI+ no Conselho Municipal de Educação.

## 2.5 Política de Segurança Pública

**1-Fragmentados:** No Brasil, quanto mais vulnerável socialmente a pessoa está mais chance ela terá de ser vítima da violência e da criminalidade em geral. Considerando o homem branco como referência na condição de sujeito de privilégios neste sistema injusto e desigual, verifica-se que ser negra-o (em especial sua juventude), pobre, LGBTI, mulher, torna a condição de tais sujeitos mais vulneráveis a serem vítimas da violência e da criminalidade. Tal afirmação está estampada nos dados compilados pelo Atlas da Violência de 2020: em 2018, 75,7% das vítimas de homicídios eram pessoas negras; considerando o número total de homicídios, 53,3% deles foram contra jovens, em sua maioria negros; no decênio 2008 a 2018 a violência letal contra mulheres negras aumentou 12,4% enquanto a de mulheres brancas caiu 11,7%.

Na cidade de Vitória o espaço urbano é dividido de acordo com a classe social a qual sua população pertence. As pessoas que residem em algumas das regiões mais pobres da cidade de Vitória além de mais sujeitas a serem vítimas de crimes violentos, inclusive letais, sofrem com o **estigma** de residir em tais espaços. Quando de uma entrevista de emprego, numa abordagem policial, num cadastro de crédito no banco, dentre outras situações, sua origem é colocada como estigma. Caso tal pessoa seja negra, como a maioria é, sofrerá com diversos códigos sociais racistas que a impedirá de exercer livremente sua cidadania, ferindo assim sua dignidade.

Essa divisão geográfica do espaço urbano classista é ainda mais acentuada pela **“guerra” mentirosa contra às drogas**. O comércio de drogas ilícitas movimentam bilhões de reais ao ano no Brasil, sendo praticamente impossível decifrar o seu valor real por conta da clandestinidade de tais operações financeiras. Mesmo movimentando tanto dinheiro, não vemos a tropa de elite da polícia militar, da polícia civil, do exército e das forças de segurança nacional invadirem apartamentos de luxo, iates, bancos, resorts, em busca de coibir o tráfico de drogas. Talvez se lá mirassem, encontrariam quem de fato são os reais beneficiados pelo tráfico.

Se o comércio de drogas ilícitas é extremamente lucrativo, por que as pessoas presas por venderem drogas são, em sua maioria, pobres e negros? Pessoas que depois de presas mal terão condições de pagar um advogado para defendê-las? Tais perguntas demonstram que existem um grupo de milionários e bilionários que se beneficiam diretamente do tráfico de drogas, mas o foco da “segurança pública” estatal continua sendo coibir os espaços mais pobres das cidades brasileiras, incluindo aqui a cidade de Vitória. A guerra entre facções pelo controle do comércio ilegal de drogas e a busca incessante de prender pequenos comerciantes, criminalizando a pobreza, tem gerado muita violência nestes espaços urbanos, fragmentando-os.

2- **Inseguros**: Mesmo sendo a classe mais pobre e periférica da cidade quem mais sofre com a violência e com a insegurança, as classes mais abastadas continuam pautando a política de segurança patrimonial como uma das principais bandeiras da segurança pública, numa verdadeira política de disseminação do MEDO. Desta forma, propostas como o aumento de câmeras no município ganham corpo, não sendo contemplado em tal discurso o valor milionário da instalação e manutenção de tais equipamentos, valores esses que devem ser repassados para outras políticas públicas, sobretudo de prevenção à criminalidade.



3- **Violentos:** Muitas das raízes da violência surgem na ideologia de que o corpo, a mente e o espírito de uma pessoa está submetido a vontade de outrem. Infelizmente, o corpo feminino é o maior exemplo de como tal práxis se constitui ao longo da história, sujeitando as mulheres a serem seus corpos objetos de inúmeras violências. A pandemia ocasionada pelo coronavírus explicitou como tal grupo está sujeito à insegurança. O lar, espaço idealizado como seguro e confortável, para muitas mulheres tornou-se símbolo do purgatório e em diversos casos o fim de sua existência física, por meio de feminicídios. No debate público, grupos de extrema-direita ganham força incentivando discursos de ódio contra pessoas, havendo uma banalização de práticas criminosas de incitação à violência e ao crime.

4- **Militarizados e armados:** O atual governo nunca escondeu sua ideologia armamentista, tampouco sua inclinação contra a democracia quando esta não satisfaz os interesses das elites, o que se vê quando da defesa do golpe de 1964. Com discursos contínuos de defesa do armamento da população e de morte aos comunistas, o discurso de ódio toma corpo na constituição de inimigos internos que devem ser combatidos a qualquer custo. Nessa lógica de constituição de inimigos as instituições das forças armadas, que deveriam servir ao ESTADO, se ajoelham perante um governo de extrema-direita causando danos profundos à democracia brasileira. Nessa lógica de aprofundamento da militarização no corpo social, as guardas civis municipais devem se constituir num dos principais instrumentos da política de segurança anti-militarizada, posto terem sido concebidas e pensadas como pertencentes a uma política de segurança comunitária.

5- **Intolerantes:** Os discursos da extrema-direita brasileira, capixaba e também dentro do município de Vitória em relação à diversidade é de total confronto e, portanto, de intolerância. Assim, pessoas que optam por não seguir um “modelo” apresentado são vistos por tais discursos como desviantes, anormais e, por vezes, inimigas. Nesta conjuntura, nada há de mais perigoso no momento atual do que o alinhamento de tais condutas e práxis de ódio a setores da igreja. Política e religião unidas num processo de intolerância e de constituição de inimigos públicos torna nosso espaço social hostil à democracia

## **DIRETRIZES**

O papel da municipalidade na segurança pública se dá na dinâmica de assegurar direitos à população, numa estratégia preventiva de combate à violência e à criminalidade. Prevenir sempre é a melhor solução: punir alguém por cometer um ato violento não devolve a vida e a tranquilidade a ninguém.

É necessário o reconhecimento que os principais impactados pela violência e à criminalidade são as comunidades periféricas, devendo as políticas públicas municipais serem direcionadas prioritariamente para tais espaços. Ou seja, deve-se haver maior investimento público onde há maior demanda por políticas públicas.

Ao município, no pacto federativo, não cabe combater o comércio ilícito de entorpecentes, devendo a política municipal de drogas ser centrada na prevenção ao consumo e na redução de danos, devendo ser planejada e executada por meio de uma política intersectorial que envolva todas as secretarias municipais.

Diminuir a violência e a criminalidade requer práticas educativas e restauradoras. Precisamos alterar o meio social para torná-lo menos violento. Desmilitarizar a guarda civil municipal retirando-a da tutela da polícia militar, uma vez que tal instituição no atual governo tem sido comandada por policiais militares. Desmilitarizar a guarda municipal não é desarmá-la, mas retirar a ideologia de combate ao inimigo interno tão presente nas instituições militares.

Enfrentar os discursos de ódio e de racismo religioso de forma aberta e democrática. Não é possível que sob o manto da liberdade religiosa haja a violação de direitos individuais e coletivos por parte das igrejas.

## **Guarda Civil Municipal**

- Desmilitarizar a guarda-civil, tornando-a comunitária;
- Fim imediato da colaboração dos profissionais da guarda-civil em operações policiais ostensivas, já que isso é desvio de função;
- Reconhecer os trabalhadores que atuam na guarda-civil como profissionais em maior risco de acometimento de doenças profissionais graves, sendo necessário prioridade de atendimento psicológico aos mesmos dentro da estrutura do município;
- Criar o projeto “O inimigo não sou eu” capacitando os guardas para temas como raça, cultura (não criminalização do funk), juventude e desigualdade, prioritariamente por meio de formas artísticas de diálogo (literatura, cinema, música, dança, etc.).

## **Segurança no trânsito**

- Aumentar a participação dos (as) trabalhadores da guarda-civil municipal na gestão da política de trânsito na cidade;
- Focar em campanhas de prevenção, especialmente aos jovens, sobre educação no trânsito, uma vez que a maior parte das vítimas fatais no trânsito são deste público;
- Parceria com as faculdades e universidades para a produção de dados sobre segurança no trânsito;
- Criar um programa de mobilidade urbana centrado em garantir a integridade física de toda a população.

## **Da prevenção à violência no ambiente doméstico e familiar contra a mulher**

- Campanhas em espaços públicos e privados de respeito a autonomia das mulheres sobre seus corpos;
- Fortalecimento da rede de assistência às mulheres vítimas de violência, incentivando a capacitação dos (das) servidores municipais;

- Utilização de imóveis que estejam sem destinação social para abrigarem mulheres vítimas de violência doméstica;
- Elaboração de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher no município de Vitória.

### **Da não violência religiosa e a necessidade de se garantir a laicidade do Estado.**

- Criação do Programa Municipal de Liberdade Religiosa com o intuito de garantir a todas as comunidades religiosas, assim como dos ateus e agnósticos, o pleno exercício de suas liberdades, não devendo as políticas públicas municipais serem direcionadas para qualquer religiosidade específica;
- Autorizar o funcionamento das igrejas no município de Vitória por meio de preenchimento de declaração expressa de seus dirigentes de não incitação ao ódio às demais religiões ou crenças e de concordância com a laicidade do Estado Brasileiro, sob pena de não serem autorizadas a funcionarem no município.

### **Das práticas restaurativas nos crimes contra o patrimônio sem violência.**

- Criação de Centro de Justiça Restaurativa para incentivar a reparação dos danos nos crimes ou atos infracionais não violentos que afetem o patrimônio individual ou coletivo.

### **Do combate à violência contra a população LGBTQI+**

- Capacitação de agentes de segurança pública, em especial a guarda municipal, sobre Direitos Humanos e questões LGBTQI+;
- Garantia do respeito ao nome social no âmbito da segurança pública;
- Garantir abordagem humanizada e cidadã a todas as pessoas LGBTQI+, respeitando suas respectivas identidades de gênero;
- Construção de um programa de combate a violência contra a população LGBTQI+.

## 2.6 Cultura

A Capital **centraliza** as mobilizações culturais da região metropolitana e, por isso mesmo, precisa operar uma **política cultural abrangente e solidária**, tornar-se modelo para as políticas culturais dos outros municípios da Grande Vitória e vitrine das expressões culturais do Estado. Ainda nesse sentido é preciso mobilizar a participação dos outros municípios e fazer cumprir uma meta importante do Plano Municipal de Cultura: **a criação de um Fórum Metropolitano da Grande Vitória**, reunindo gestores, produtores, artistas, técnicos e outros agentes culturais. Vitória nunca viveu de fato uma política cultural coerente e continuada ao longo das gestões, por isso, é essencial a prática de uma política cultural elaborada em conjunto com a sociedade e a classe artística e que se mantenha forte ao longo dos anos.

**Covid-19:** O setor da cultura, responsável por 2% do PIB brasileiro, foi um dos primeiros a ser atingido em meio a essa crise da saúde mundial e carregará graves consequências no pós período de isolamento. Como e quando a população retornará a frequentar normalmente estes espaços? Perguntas sem respostas, mas com alto grau de pessimismo. Não seria essa uma boa oportunidade de começar novamente e de uma forma mais ampla e democrática? **Existe uma demanda urgente e crescente das periferias por acesso aos aparelhos culturais municipais e às políticas de fomento.** A demanda agravou-se significativamente com a pandemia, que tornou ainda mais restrita a produção e a circulação da cultura em territórios fora do eixo mais urbanizado da cidade.

A cidade de Vitória conta com um **Plano Municipal de Cultura**, que foi pensado de forma democrática com a mobilização da classe artística e lideranças populares por meio de seminários, consultas públicas e grupos de trabalho com orientação do Ministério da Cultura. O Plano possui 27 metas e deve ser cumprido por meio de um pacto entre diversos entes, públicos e privados, e cabe à Secretaria de Cultura liderar o processo. O Plano também representa uma continuidade nos projetos e investimentos na área. O mais importante é **fazer valer o Plano Municipal de Cultura.**

A política cultural precisa ser pensada de forma permanente e continuada e não apenas enquanto projeto da gestão. Logo, propomos uma política cultural que afirme o acesso de uma multiplicidade de cenas a partir de expressões e iniciativas existentes. Algo possível a partir do fomento do espaço público como espaço para habitação dos coletivos e cenas artísticas, de fruição e de vivências. O diagnóstico deixa ver uma gestão cultural abandonada e uma cena pouco sustentável, carente de políticas pensadas e executadas de forma coletiva e, principalmente, uma enorme dificuldade de acesso da maioria dos artistas e da população em geral às políticas culturais desenvolvidas pelo município.

## **Diretrizes**

- 1) Fortalecimento de uma gestão compartilhada e descentralização dos equipamentos e espaços culturais.
- 2) Fortalecimento e ampliação do diálogo com os movimentos culturais e artistas da cidade.
- 3) Fortalecimento do Conselho Municipal de Cultura;
- 4) Reconhecimento das expressões populares e cultura imaterial da cidade para além do de seu potencial turístico;
- 5) Políticas pensadas junto à mobilidade urbana;
- 6) Reabertura e reforma de espaços culturais em situação precária e de abandono;
- 7) Desburocratização de editais.

## **Propostas**

- Reforma e reabertura do Memorial da Paz, do Teatro Carmélia, do Mercado Capixaba, Saldanha da Gama, Mercado São Sebastião em Jucutuquara, o Espaço Vitória Design em frente a praça Ubaldo Ramalhete e do Cais do Hidroavião.
- Ampliação dos investimento financeiros, contratação de equipe técnica, fomento de projetos de curadoria e criativos que tornem esses espaços referência para toda a comunidade.
- Edital "Prêmio Acesso Cultural" para fornecer fornecer recursos aos agentes culturais dos territórios periféricos, para que possam estimular a economia local com suas produções.
- Potencializar os programas culturais já existentes em Vitória, como o "Viradão", com transporte público gratuito, descentralização das atividades e protagonismo de atores dos territórios periféricos.
- Criação de um Núcleo de Produção Audiovisual e Núcleo de Arte Tecnológica e Inovação, previstos para 2018 e que não se efetivaram.
- Garantir a criação da Companhia Municipal de Dança até 2024.

- Fomentar a criação de programas e conteúdos para rádio, televisão e internet que visem à formação do público e a familiarização com a arte e as referências culturais capixabas em núcleo a ser montado, por exemplo, no espaço que hoje é o teatro Carmélia;
- Garantir gestão técnica especializada dos equipamentos e das políticas, desligando os interesses privados e de grupos economicamente hegemônicos sobre setores da gestão cultural. Os cargos no setor cultural devem ser exercidos por pessoas que conheçam a Cultura e as suas especificidades locais para que não haja as inconsistências e rupturas que o setor vem sofrendo ao longo desses anos.
- Projeto "Troca de Saberes". Nele um artista/agente cultural com uma carreira consolidada é selecionado via edital para uma coprodução com um artista periférico cadastrado no sistema. Com essa medida o abismo cultural que separa a cidade em diversos pontos é combatido de forma a aproximar esses mundos tão distantes.
- Modernizar e revitalizar todos os equipamentos públicos culturais, reservando lugares específicos para cadeiras de rodas e para pessoas com deficiência auditiva e deficiência visual, com acompanhante, e inclusive para o cão guia. Além disso, é preciso ocupar esses espaços em baixas temporadas e horários alternativos, com programas de popularização.
- Entender o funk, o rap, os saberes tradicionais, o hip hop, o grafite, o pixo e outras expressões artístico-culturais férteis na cidade com atenção e como ferramentas de transformação do urbano e da sociedade.
- Incentivar a realização do desfile das escolas de samba e fomentar o funcionamento das mesmas durante todo ano como forma de manutenção da cultura do samba, geração de emprego e renda, além de fortalecimento de vínculos comunitários;
- Garantir o suporte necessário para a manutenção das atividades dos blocos e para realização do Carnaval de rua de Vitória, bem como fortalecer e reconhecer os blocos como instrumentos culturais fundamentais da cidade.

## 2.7 Moradia primeiro! O direito de todos à cidade

A função social da cidade será de fato promovida com a construção de espaços de moradia igualitários e a inclusão progressiva dos bairros, e de seus moradores, na "cidade formal" por meio de práticas de provisão de habitações adequadas, tanto com ações corretivas como de atendimento da demanda em formação, de adequação urbanística quanto à regularização fundiária e edilícia e à universalização da infraestrutura e dos serviços públicos. Esta concepção se articula ainda a um conjunto de políticas sociais e urbanas que integram meio ambiente, mobilidade urbana, saneamento ambiental, bem como garantia de direitos humanos e sociais que estejam disponíveis ao conjunto dos moradores de Vitória. A cidade é resultante da prática sócio-espacial, ela tem em si a possibilidade da mudança, de construção de uma realidade em que o direito à cidade se revele como conteúdo da realização da cidadania.

### Eixos centrais:

1. Tomar a função social da cidade como um bem comum;
2. Ampliação de investimentos públicos nas periferias e favelas contra o abandono e invisibilidade dos territórios periféricos;
3. Democratizar o acesso às informações sobre a cidade e a gestão pública;
4. Combater o controle dos corpos e à ação do estado contra a vida das pessoas racializadas (negras e indígenas);
5. Combater a hegemonia do automóvel;
6. Universalizar o acesso ao transporte coletivo e lutar pela tarifa zero para a população de baixa renda e estudantes
7. Combater os processos de gentrificação.

A questão urbana em Vitória tem várias implicações (questão fundiária, padrão construtivo, salubridade, segurança, conforto, acessibilidade física, infra-estrutura, serviços públicos, equipamentos sociais) que a transforma em um dos principais problemas urbanos afetando, principalmente, a população de menor renda e se mostrando de difícil solução em decorrência de suas principais **causas**:

- I- Produção capitalista da cidade;
- II- Apropriação privada dos usos e espaços da cidade; A relação emprego – renda (desemprego, emprego informal, baixos salários);
- III- Baixo poder aquisitivo da população atingida;
- IV- Custos elevados da moradia (produção, aquisição, aluguel e manutenção);
- V- Escassez de terrenos;



VI- Preço elevado do lote de terra;

VII- Custo elevado do material de construção;

VIII-Custo dos encargos públicos e privados para o acesso aos serviços e equipamentos urbanos (água, luz, transporte coletivo, limpeza pública, esgotamento sanitário, iluminação pública, IPTU);

IX- Fragilidade, conivência ou cooptação (pelo capital imobiliário) do poder público na implantação dos instrumentos que objetivam a realização da cidade em sua função social;

X-Descompasso das políticas urbanas e sociais.

XI-Segregação socio espacial;

XII- Marginalização de segmentos sociais e territórios em uma cidade relativamente pequena.

## **Propostas**

### **1) Habitação**

- Promover a reestruturação do setor visando dotar a Secretaria de Habitação de condições técnicas e físicas compatíveis com suas atribuições, bem como compor recursos para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse social.
- Promover o estudo, o monitoramento e a avaliação do setor visando conhecer as especificidades da habitação de interesse social no município, adequar os programas e ações a essas especificidades e aos interesses da população e integrar um banco de dados com as informações gerenciais e estatísticas sobre o tema.
- Evitar a remoção de moradias quanto ao rompimento de vínculos sócio-culturais e a acessibilidade ao mercado de trabalho, comércio e serviços ainda estão postos para Vitória.
- Urbanização e regularização de assentamentos informais: articular ações que possibilitem a formulação de novas alternativas de intervenção nos espaços de moradia informais, agilizar e reduzir os custos da regularização fundiária e edilícia e viabilizar assistência técnica à autoconstrução.
- Integração das políticas públicas do município a partir da criação de um instrumento, o Conselho da Cidade, de natureza permanente, com caráter deliberativo e consultivo que proponha diretrizes para o desenvolvimento urbano com participação social na articulação e implementação das políticas de gestão do solo urbano, de habitação, saneamento ambiental, mobilidade e transporte urbano.

- Incentivar a criação de associações e cooperativas para produção habitacional; incentivar manufaturas locais, comércio local de materiais de construção, grupos/ equipes de trabalhadores locais na produção habitacional e nas requalificações dos espaços públicos das localidades.
- Incluir locação social entre as políticas habitacionais dos municípios políticas habitacionais que constam como vigentes nos municípios da RMGV – sem criar ônus excessivo na renda familiar, utilizando imóveis subutilizados ou abandonados passíveis de passarem por melhorias.

## **2) Gestão Territorial**

### **DIRETRIZES**

I- Dotar os espaços públicos – ruas, praças, parques – de características de projeto e de equipamentos claramente associados a um ambiente urbano agradável aos moradores e investidores, de modo à assegurar a ampliação da ocupação de espaços públicos que dão ambiente sustentável ao longo do tempo.

II-Criar mecanismos de garantia ao direito à cidade na lógica de Reforma Urbana tendo em vista que as possibilidades de gestão do território que necessitam ser pensadas para lidar com o crescimento da cidade, por conta dos novos interesses que disputam seu território. Não são mais apenas os interesses locais que estão presentes em Vitória, mas aqueles nacionais e internacionais participando da produção da cidade. E, nem sempre, esses interesses coincidem com os interesses da população da cidade. É preciso ainda, considerar o contexto Metropolitano que a cidade ocupa.

III-Promover planos de desenvolvimento local integrado que articulem as políticas de diversos setores como habitação, mobilidade, geração de trabalho e renda, promoção de desenvolvimento local, educação de jovens e adultos.

IV-Apresentar propostas (descrevendo ações) que garantam o acesso das comunidades populares às políticas públicas e aos bens urbanos; garantir investimentos em saneamento, mobilidade, habitação, equipamentos coletivos e espaços públicos.

V-Rejeitar intervenções urbanísticas ou programas socioeconômicos ou culturais nas áreas de periferia por meio de militarização do território, apagamento ou criminalização de manifestações culturais de setores da população local, de jovens;

## Propostas

- Ampliar o atendimento das demandas do déficit habitacional qualitativo e quantitativo na faixa salarial de 0 a 3 salários mínimos.
- Buscar meios de amenizar a contradição entre déficit habitacional e os imóveis vazios.
- Capacitar o corpo técnico da secretaria de habitação e promover a reestruturação operacional do setor.
- Aumentar a dotação orçamentária do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. Estabelecer no orçamento municipal um percentual fixo destinado ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS;
- Usar recursos advindos dos instrumentos legais urbanísticos para habitação de interesse social.
- Integrar esforços para a proposição de novos modelos de intervenção ajustados às necessidades e aos interesses da população, como projetos de arquitetura e engenharia social, ocupação de prédios públicos adaptados para moradia;
- Buscar meios de garantir a sustentabilidade das famílias nos assentamentos após as intervenções.
- Ações para a regularização fundiária em zonas especiais de interesse social;
- Arquitetura social: possibilitar à população de menor renda a construção de moradia adequada e segura;
- Observância dos mecanismos previstos no Estatuto das Cidades para o cumprimento da função social da propriedade urbana;
- Criação do Conselho da Cidade

### **3) Mobilidade e acessibilidade**

"Vitória em minutos" A cidade de Vitória apresenta algumas características marcantes na circulação: centralidade nos deslocamentos metropolitanos, concentração de fluxos de passagem e locais em eixos principais; restrições físicas de opções de vias devido às características naturais do território; linhas de transporte coletivo sobrepostas e sem integração. O Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana de Vitória - PDMTUV no seu diagnóstico afirma estas características e indica que os corredores de tráfego são deficientes e apresentam tendência progressiva de saturação. Na área central, por exemplo, apenas duas vias longitudinais desempenham a função de passagem para os deslocamentos individuais e coletivos inter-bairros e intermunicipais da Grande Vitória. O Plano Diretor Municipal - PDM já incorpora algumas medidas para a melhoria da qualidade dos deslocamentos e melhor aproveitamento dos espaços públicos: priorização do transporte coletivo no sistema viário; priorização das ciclovias e passeios nas vias; apoio e incentivo às viagens não motorizadas; desestímulo ao tráfego de passagem em vias locais; promoção de estudos para a adoção de outras modalidades de deslocamento. O PDM também prevê a implantação de uma rede cicloviária integrada, com extensões de abrangência municipal até os acessos aos municípios que circundam a Capital. A PMV, também, instituiu o Projeto Calçada Cidadã, baseado nos princípios da acessibilidade, referenciado na ABNT 9050/94 e 9283/86.

#### **Diretrizes**

1- Garantia de programas voltados à Mobilidade Urbana Sustentável que sigam as orientações conceituais mais abrangentes que relacionam qualidade de vida e acesso individual a oportunidades, associadas à política urbana e também aos programas de acessibilidade urbana, que contemplem a inclusão sócio espacial e o direito à gestão da cidade.

2- Criação de novos paradigmas para os planos, programas e intervenções que busquem a redução do aprofundamento dos efeitos negativos da evolução do modelo atual centrado nos automóveis, cujo enfoque vem comprometendo o espaço urbano, a saúde de seus habitantes e a distribuição pública dos recursos, provocando ainda a discriminação física e social de seus usuários.

3- Promoção da mobilidade mediante a articulação entre as políticas de transporte, de desenvolvimento urbano e de meio ambiente em âmbito metropolitano, municipal e local, compatibilizando a circulação das diversas categorias e modalidades, buscando o desenvolvimento econômico e social com garantia da qualidade do espaço urbano cotidiano a todos os seus usuários.

4-Reordenamento da lógica de mobilidade mediante a articulação entre o todo e as partes, destinando aos corredores os usos do solo principais, os fluxos intensos, com a circulação segregada de transportes coletivos e bicicletas, reservando as áreas interiores à escala dos bairros, desaceleradas, humanizadas, acessibilizadas e seguras, mediante adequação do desenho urbano. Para a definição de metas e indicadores, será necessária a conclusão do PDMTU, além de levantamentos auxiliares.

5- Reconhecer a importância do deslocamento de pedestres, inserir o desenho da acessibilidade universal no planejamento e adequação dos transportes, espaços e equipamentos públicos.

6-Programas de mobilidade urbana que facilitem a circulação das pessoas nos seus bairros e territórios e da renda incrementada com atividades diversas e de serviços nos diferentes espaços da cidade hoje subutilizados, como o Centro de Vitória, a Vila Rubim com fortalecimento de mercados populares e culturais.

7- Incentivo a formas alternativas de transporte; melhorias e utilização do transporte coletivo, favorecendo a possibilidade de circulação e acesso da população as áreas da cidade.

## **Propostas**

- Elaborar plano de melhorias viárias contendo projetos de aperfeiçoamento das sinalizações, intersecções, semaforização e malha de apoio possibilitando circulações periféricas aos eixos principais;
- Reduzir o tráfego metropolitano pelo território do Município de Vitória, a partir do PDM, definir prioridades na execução de corredores que desviem o tráfego de passagem da área urbana ou promovam melhorias na conexão necessária entre os municípios;
- Redistribuição dos fluxos a partir do crescimento controlado mediante compartilhamento de vantagens locacionais; requalificação e formação de novas centralidades por toda a região metropolitana;
- Promoção da elaboração de plano de desenvolvimento regional/metropolitano, implantação do sistema e campanhas educativas.
- Priorização e segregação da circulação de veículos coletivos nos corredores, de forma a operarem com maiores médias de velocidade menores tempos de viagem e maior eficácia da frota.

- Elaboração e implantação de projetos de moderação do tráfego de veículos nos interiores de bairros, por meio do redesenho urbano criar ambientes vivenciais humanizado e microacessibilizados.
- Reordenação dos fluxos de automóveis, criando restrições de usos nos horários e locais críticos.
- Intervenção no espaço público, focados no direcionamento dos deslocamentos para o uso de transporte coletivo, como melhoras na infra-estrutura dos pontos de embarque e nos acessos ao transporte coletivo por meio da micro-acessibilidade.
- Incentivos à utilização compartilhada de veículos, como transporte fretado, carona solidária, uso coletivo de táxis, entre outros.
- Aperfeiçoamento de estudo da reordenação de horários de funcionamentos das atividades geradoras de tráfego.
- Tornar o transporte coletivo atrativo, moderno e confiável absorvendo deslocamentos cotidianos e locais, auxiliado por outras modalidades complementares.
- Otimizar e requalificar o subsidiamento do sistema de transporte coletivo, aumentando a sua atratividade e competitividade com o modo individual.
- Reestruturação do transporte coletivo nas escalas metropolitana e municipal, para operação em complementaridade. Integração do planejamento, da operação, das linhas e redes, do sistema tarifário, entre as instancias metropolitana e municipais; otimização do sistema a partir da divisão das áreas de abrangência de cada competência, ampliando as possibilidades de atendimento.
- Melhoria do Sistema de circulação de bicicletas e pessoas em bairros e vias estratégicas para incentivar os modos não-motorizados de deslocamento e a integração entre os modos.
- Campanhas de Conscientização e incentivo ao uso de meios não motorizados de transporte.
- Inclusão mais incisiva de critérios de segurança no planejamento urbano, criando condições urbanas que estimulem o uso e a circulação de pessoas nos espaços públicos.

- Aperfeiçoamento de programas de qualificação dos espaços destinados aos pedestres, incluindo áreas de ocupações informais, onde deverão constar: acessibilidade plena, eliminação de barreiras, arborização, iluminação, mobiliário urbano e infra-estrutura.
- Implantação de programas de adequação dos transportes coletivos: veículos, terminais, áreas de embarque/desembarque e mobiliário urbano, às condições de acessibilidade.
- Definição de metas e indicadores, a partir da conclusão do PDMTU, além de levantamentos auxiliares.

## **Cidade amiga das crianças**

Uma cidade para todas e todos é aquela que considera as experiências cotidianas das crianças como um componente vital de uma sociedade próspera e bem sucedida. Visa proporcionar às crianças a riqueza de brincadeiras ao ar livre, interações sociais e um sentimento de pertencer às suas comunidades como um direito de toda criança.

## **Propostas**

- Ampliação de espaços informais para brincadeiras na vizinhança;
- Espaços sem circulação de veículos;
- Empreendimentos residenciais para 20 pessoas ou mais devem destinar 10m<sup>2</sup> de área aberta, livre por criança que habite o espaço;
- Facilitar a brincadeira por todo o espaço público, criação de desafios pela cidade; Conectar escolas a espaços públicos;
- Brincar entre unidades habitacionais de alta densidade;
- Planejar rotas seguras;
- Replanejar os espaços de playground a partir da escuta das criança;
- Ampliar espaços e possibilidade de lazer e experimentação da cidade para crianças atípicas e com mobilidade física reduzida, deficiência auditiva e visual.

## **Mulheres e direito à cidade**

Historicamente, o direito à participação ativa na vida pública tem sido uma forte bandeira de luta dos movimentos feministas e dos movimentos de mulheres. A conquista e acesso às ruas é crucial para visibilizar as demandas e as exigências desse grupo e para o enfrentamento efetivo da precarização de suas vidas. É nosso dever questionarmos como o desenho das cidades impacta diretamente nossas vidas e quais os usos e atividades são realizados no meio urbano. A cidade capitalista e patriarcal foi erguida sem levar em consideração a tomada de decisão das mulheres e sem levar em conta quais são suas reais necessidades, experiências e vivências. As cidades determinam nossa forma de viver. No jogo de luzes e sombras explicam o que é importante e determinam como será a vida de suas usuárias. Pensar uma cidade também para mulheres é pensar em autonomia, segurança e capacidade propositiva de influenciar no debate público e na construção do espaço. Reduzir a mobilidade poligonal é uma luta essencial. As decisões urbanas devem considerar que as pessoas estão no centro, colocá-las acima do produtivo. Devemos lutar por um urbanismo que humaniza ao incluir em seu planejamento o ponto de vista feminista interseccional. Nos atrever a construir cidades que sejam cuidadoras e que ser diverso não implique não participação.

## **Propostas**

- Levantamento, através de pesquisa com usuários, dos trajetos que devam ser melhorados na cidade para melhor circulação considerando nessas pesquisas mulheres, crianças e idosos. Devemos pensar uma cidade capaz de respeitar os diferentes ritmos e tempos.
- Câmeras de vigilância e policiamento não resolvem a questão de segurança. Para tal, ampliar campanhas que denunciem as diferentes violências machistas às quais estão sujeitas as mulheres.
- Reduzir a ocupação do espaço público pelos carros tendo em conta que mulheres utilizam mais serviços públicos e alternativos de transporte e caminham mais pelas ruas. Encurtar distâncias, compactar a cidade.
- Promoção de hábitos saudáveis ao ar livre e criação de redes interligadas de parques e serviços.
- Garantir a escuta das mulheres e crianças nos espaços de planejamento e consulta no que se refere à cidade com a criação de fóruns permanentes auto organizados.



- Espalhar bancos pela cidade.
- Espalhar em locais estratégicos, de grande circulação e iluminação banheiros públicos exclusivos para mulheres e grandes o suficiente para caber um carrinho de bebê e que sejam equipados com trocadores.
- Instalar trocadores em parques, praças e parquinhos.
- Permitir que carrinhos de bebê possam utilizar o serviço de elevação dos coletivos para cadeirantes.
- Criação de lavanderias comunitárias.
- Criação de cozinhas comunitárias a serem gerenciadas por mulheres nos territórios e cujo foco seja a geração de renda e intensificação das políticas de segurança alimentar e o combate aos desertos alimentares.

## **Meio Ambiente**

### **Diretrizes**

1-Valorização dos recursos naturais de Vitória;

2-Resgatar a referência de paisagem natural e seus significados para composição de uma ambiência sã e de sua importância na melhoria da qualidade de vida da população;

3-Ecos Sustentabilidade ambiental na Cidade;

4-Promover o uso sustentável dos recursos naturais e desenvolver a consciência ambiental através de ações que agreguem valor na base da pirâmide produtiva e garantam a conservação da biodiversidade e o manejo sustentável dos recursos naturais.

### **Propostas**

- Programa de Conservação da Biodiversidade e Gestão das Áreas Protegidas;
- Elaborar e implantar os planos de manejo das 22 Unidades de conservação da cidade.

- Programa corredores verdes, através da ampliação da cobertura vegetal arbórea para a minimização dos efeitos impactantes do processo de adensamento da urbanização (sonoros, climáticos, visuais) e a ampliação dos efeitos de melhoria qualitativa dos espaços sociais.
- Ampliação da área arborizada da cidade através dos corredores de circulação viária como forma de desconcentrar as áreas verdes do Município; elevação da densidade da arborização urbana integrada ao projeto urbanístico da cidade pela constituição de alamedas.
- Incentivo ao plantio de árvores frutíferas e flores da Mata Atlântica como forma de socialização e humanização dos espaços públicos da cidade.
- Monitoramento da Qualidade Ambiental – Instrumento de definição e acompanhamento dos parâmetros ambientais relacionados às atividades humanas e industriais.
- Redefinição dos limites de aceitabilidade de agravos que se constituam em poluição, garantindo padrões de satisfatória qualidade de vida aos habitantes com planos de monitoramento de qualidade do ar, dos recursos hídricos, e qualidade sonora e visual da cidade para fins de controle ambiental através do licenciamento, auditoria, controle social e fiscalização permanentes.
- Criação de circuitos Integrados de Turismo, Cultura e Meio Ambiente.
- Fomento do uso, da produção e da pesquisa de energias renováveis e limpas e redução do uso da matriz energética atual.
- Enfatizar a educação ambiental pelas vias diretas (formais) e indiretas (marketing referencial ambiental) ampliando o Projeto de Educação Ambiental no município, com foco no desenvolvimento sustentável e na mudança de comportamento com relação ao uso e consumo dos recursos naturais.
- Ampliar o desenvolvimento e popularização de tecnologias de produção de água e de reuso de águas cinzentas, negras e pluviais; apoio às pesquisas e ações de produção de água nas bacias hidrográficas, redução do consumo per capita de água em Vitória.
- Criar mecanismos de contrapartida financeira sobre o passivo ambiental. Acentuar a fiscalização dos principais poluidores do ambiente na cidade.

- Atuar junto a procuradoria do município e todo o corpo jurídico para resolução de pendências judiciais com relação a questões ambientais;
- Criação de um fundo para a despoluição das praias da cidade com recursos das empresas poluidoras;
- Planejamento e execução das políticas ambientais integrando os diversos setores (gerências de áreas verdes GAV; educação ambiental GEA; fiscalização GIF; gerência de licenciamento ambiental CAACL/GCA; gerência de controle monitoramento de ecossistema GCME;
- Reintegrar os setores de planejamento (área técnica) e execução, da gerência de áreas verdes, uma vez que o trabalho de plantio, paisagismo, poda e retirada de árvores, saiu da SEMMAM e foi para SEMSE (secretaria de serviços), isso tem gerado total desarticulação, duplicação de tarefas, desorganização e escassez de recursos financeiros, pois juntamente com as referidas tarefas o serviço foi terceirizado em um contrato extremamente caro e que precisa ser inclusive, auditado.
- Aumentar o plantio de árvore, de forma planejada, priorizando os locais de grande circulação de pedestres, de modo a superar a quantidade de árvores retiradas, contribuindo para proteger o cidadão e reduzir o índice de câncer de pele.
- Atualização da lei de fiscalização ambiental municipal;
- Reestruturação e adequação dos salários dos fiscais de acordo com as tarefas desempenhadas e melhorar as condições de trabalho dos mesmos;
- Priorizar a ocupação dos cargos por funcionários de carreira qualificados para a área;
- Incentivar feiras, eventos culturais, gastronômicos, acadêmicos, entre outras. Utilização dos aparelhos públicos com essa finalidade (praça do papa, fábrica de ideias, praças de bairros, praias, Mercado São Sebastião, mercado da Vila Rubim);
- Oferecer capacitação e políticas de desenvolvimento e valorização a essas atividades.

## **Comunidades pesqueiras**

### **Propostas**

- Construção de fábrica de gelo que atenda as demandas da comunidade pesqueira da cidade;
- Construção de oficina de conserto para barcos;
- Disponibilizar locais adequados e de acordo com as diretrizes da Vigilância Sanitária do Município nas proximidades do local de chegada das embarcações em todas as comunidades da cidade;
- Desburocratizar os processos de financiamento da atividade de pesca artesanal;
- Realizar oficinas regulares de editais e financiamentos;
- Barrar os processos de gentrificação das áreas pesqueiras e colônias de pescadores;
- Incorporar os rituais ligados à pesca como tradições culturais e roteiros turísticos e não criminalizá-los;
- Dedicar atenção especial às demandas de saúde da população pesqueira - problemas relacionados à visão, coluna e problemas de pele.

## **Manejo de fauna urbana e abandono de animais domésticos**

**Foco:** Reduzir drasticamente o número de animais domésticos abandonados na cidade

### **Propostas**

- Criar uma Agência Pública de Proteção em Rede incluindo os abrigos da capital e governante e órgãos públicos ambientais.
- Oferecer incentivos aos abrigos já organizados, instalados e em funcionamento na cidade. Viabilizar a abertura de 2 centros veterinários públicos - regiões de menor poder aquisitivo e mais populosas .

- Realizar campanhas de Castração desburocratizadas- ônibus de castração/castramóvel.
- Realizar o cadastramento obrigatório do animal junto à municipalidade e instalação de microchip para monitoramento da população.
- Implementar o programa Coletar, Castrar, Vacinar e Devolver, dando prioridade à castração dos animais machos (castração mais simples e barata. Um único animal macho pode gerar várias crias).

## **Consumo e abastecimento de água**

Outro fator relevante neste contexto é a capacidade dos atuais sistemas de adução de água bruta que necessitam de ampliação para atender a demanda da Grande Vitória, pois mesmo com a atual disponibilidade hídrica são necessários **investimentos** para que o sistema não entre em colapso.

Os valores per capita médio de consumo de água evidencia que em Vitória o consumo de água per capita é bem superior ao dos outros municípios, o que indica, uma necessidade de ações no âmbito da educação ambiental para **mudança de padrões de consumo**.

A prestação de serviço realizada pela concessionária que atua no município deverá ser pautada pela qualidade em todas as regiões da cidade, **não podemos aceitar abastecimento de água intermitente nos bairros que abrigam a população de menor poder aquisitivo**.

É importante garantir o cumprimento das metas pactuadas no Contrato de Programa firmado entre o município e a CESAN, bem como os princípios legais do referido documento, com especial atenção para o controle social, adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais e utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas. **Defenderemos a continuidade da gestão pública e de qualidade da prestação de serviço de água e esgoto**.

## **Esgotamento Sanitário e Balneabilidade das Praias**

Assim como o abastecimento de água potável, a universalização dos serviços de esgotamento sanitário pode ser uma realidade em curto prazo no município de Vitória, e muitos são os desafios que envolvem um maior planejamento das ações da concessionária e engloba desde a adequação lógica do cronograma da construção de suas estruturas (rede e estações de tratamento), a modernização das estações de tratamento, a qualidade dos efluentes das estações, bem como a adequação ambiental e licenciamento das mesmas.

Conforme dados públicos da CESAN, divulgados em 15/09/2020, mais de 5.0000 imóveis possuem rede de esgotamento sanitário disponível, mas não estão conectados ao sistema de coleta e tratamento de esgoto é importante pensar em ações do governo municipal que subsidie a ligação desses imóveis a rede de esgoto.

Grande parte dos imóveis não conectados ao sistema de esgoto estão situados em bairros com população economicamente vulnerável que demandam do poder público municipal uma ação efetiva ação de realização de obras e melhorias nas condições do saneamento dos imóveis. As tarifas pelo serviço de esgoto são um obstáculo ao acesso ao serviço para a população com baixo poder aquisitivo, por isso é importante estabelecer parceria com o governo estadual para implementar programa de subsídio ao pagamento das tarifas de água e esgoto.

Atualmente **o déficit de soluções e alternativas para coleta e tratamento dos esgotos domésticos concentra-se nos bairros que abrigam a população de menor poder aquisitivo, nos territórios que carecem de infraestrutura de forma geral**, principalmente em parte dos bairros situados na grande São Pedro, Romão, Fonte Grande, Piedade, Moscoso, Cabral, e outros. Integrar esses territórios ao sistema de coleta e tratamento de esgoto é tarefa urgente para melhoria da saúde da população residente nesses locais.

**A universalização do sistema de esgoto no município de Vitória se passa pela inversão do investimento público da concessionária em áreas economicamente vulneráveis e pela defesa do direito à cidade para todos e todas.**



## **EQUIPE DE ELABORAÇÃO**

Bruno Miranda  
Fernando Colombi da Silva  
Luiz Guilherme Dutra de Oliveira  
Janine Vieira  
João Paulo  
Lavínia Coutinho Cardoso  
Lucas  
Munah Malek  
Gringuinho  
Wanusa Pereira dos Santos (coordenadora)

## **COLABORAÇÃO DOS GRUPOS SETORIAIS**

Economia, Trabalho e Finanças:, Gilberto Batista Campos

Segurança e Garantia de Direitos Humanos: Fernando Colombi da Silva, André Luiz Ferreira, Maria Helena Cota Vasconcelos, Fabiano de Oliveira.

Assistência Social: Bárbara Malvestio, João Paulo Valdo, Roberta Rangel.

LGBT+: Tuanne, Marcos Vinicius Estalishau

Educação: Rosalba Lima Coutinho ,Lavínia Coutinho Cardoso, Ana Paula Rocha, Gringuinho

Mulheres: Munah Malek, Lavínia Coutinho Cardoso

Cidade: Moradia, Mobilidade Urbana e Mobilidade: Lucas Martins, Luiz Guilherme Dutra de Oliveira,  
Helder Gomes, Clara Miranda

Equidade Racial: Gilberto Batista Campos, João Paulo Valdo,Lavínia Coutinho Cardoso e Munah Malek

Juventude: Lula Rocha, Gilbertinho Campos, Munah Malek